
São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,50 | Terça-feira, 27 de agosto de 2024 | Edição N º 1100

datamercantil.com.br

Três suspeitos de provocarem queimadas em SP foram presos em uma semana

A polícia prendeu até esta segunda (26) três pessoas suspeitas de promoverem queimadas no estado de São Paulo nos últimos dias.

As detenções aconteceram nas cidades de Guaraci, São José do Rio Preto e Batatais, todas no interior do estado. As informações são da Secretaria da Segurança Pública paulista

Mais cedo, o governador Tarcísio de Freitas disse em entrevista à GloboNews que uma pessoa tinha sido presa esta manhã em Porto Ferreira, mas depois a pasta esclareceu que dois suspeitos foram multados em R$ 15 mil por infrações ambientais na cidade nesta segunda. Nenhum deles foi preso.No domingo (25), Tarcísio já havia falado sobre a prisão dos suspeitos em São José do Rio Preto, no sábado (24), e em Batatais, no domingo (25).

De acordo com o governo do estado, o suspeito preso em Batatais, de 42 anos, já tinha passagens pela polícia por roubo, furto, homicídio e posse de droga. Tarcísio disse que ele estaria "ateando fogo com gasolina, querendo agravar a situação".“É uma coisa que não vamos tolerar. As forças de segurança estão bem mobilizadas para impedir esse tipo de ação", disse o governador em entrevista coletiva no domingo.

Já o preso em São José do Rio Preto é um idoso de 76 anos, detido após atear fogo em lixo, em uma área de mata no Jardim Maracanã, na manhã de sábado. O caso foi registrado no plantão da Delegacia Seccional da cidade.

Além deles, uma pessoa de 26 anos foi presa em Batatais (na região de barretos) na semana passada. De acordo com a secretaria, ele foi detido em flagrante por atear fogo em vários pontos de um canavial que fica próximo da área urbana.

Os incêndios causaram acidentes e interrupção de aulas e lotaram hospitais, entre outros transtornos em diversas regiões do estado de São Paulo. Duas pessoas morreram e outras 66 ficaram feridas, de acordo com a Defesa Civil.

Segundo boletim divulgado pelo gabinete de crise na manhã desta segunda-feira (26), em Altinópolis, na região de Ribeirão Preto, 60 pessoas precisaram de atendimento médico em razão da inalação de fumaça dos incêndios.


Folhapress



Economia



Gás natural da União poderá ser negociado diretamente no mercado

Página - 03

Inflação não se controla só com alta de juros, diz Luiz Marinho

Página - 03



Taxas de juros caem com melhora do câmbio e expectativa por IPCA-15 e de indicações no BC

Página - 05

Dólar tem leve alta, com política monetária no Brasil e nos EUA no radar

Página - 05

Política

Governo planeja programa para distribuir botijões de gás a 20 milhões de famílias

Página - 04

Boulos chama Marçal e Nunes de 'falsos profetas' em ato para receber apoio de evangélicos

Página - 04

No Mundo

Republicanos e democratas ignoram déficit nos EUA, pondo em risco economia global



O déficit nas contas públicas dos Estados Unidos tornou-se motivo de ansiedade global, sobretudo em países emergentes como o Brasil. Mas os partidos Republicano e Democrata têm ignorado o tema na atual campanha eleitoral e, ao contrário do que seria recomendável, vêm sinalizando com políticas que devem ampliar ainda mais o rombo trilionário do país.

Pelos republicanos, Donald Trump promete, se eleito, renovar até o final de 2025 o corte de impostos concedido aos americanos em 2017. Projeções oficiais calculam que isso custaria cerca de US$ 3 trilhões nos próximos dez anos.

Do lado dos democratas, pouco se sabe ainda sobre os planos de Kamala Harris. Mas o atual presidente, Joe Biden (e seu partido), vinha sinalizando com mais gastos nas áreas social e da transição energética em um novo mandato, a exemplo do que foi feito nos últimos anos.

Nenhum dos partidos indica disposição em mexer nas duas principais causas do déficit americano: o sistema de aposentadorias (Social Security) e o Medicare, um fundo público de saúde para os idosos. Até o final desta década, as duas despesas devem representar mais de 60% do gasto do governo --excluindo da conta o pagamento de juros sobre a dívida pública.

O CBO (Congressional Budget Office), um órgão fiscal independente, projeta um déficit em 2024 de 7% do PIB (Produto Interno Bruto), atingindo US$ 1,9 trilhão --o equivalente a quase o PIB do Brasil.

Como comparação, o déficit fiscal do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no ano passado, motivo de grande preocupação no mercado brasileiro, foi de 2,3% do PIB -um terço do americano.

Fernando Canzian/Folhapress

Ataque terrorista da Al-Qaeda mata pelo menos 200 pessoas em Burkina Faso

Um ataque reivindicado pelo grupo terrorista Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin (JNIM), braço africano da Al-Qaeda, matou pelo menos 200 pessoas de um vilarejo em Burquina Faso, país no oeste da África.

Além de mortos, pelo menos 140 pessoas ficaram feridas. Segundo o jornal Al Jazeera, membros do JNIM abriram fogo contra trabalhadores que cavavam trincheiras em torno do vilarejo, roubaram armas e uma ambulância. Vídeos que circulam nas redes sociais mostram corpos de habitantes do vilarejo nas trincheiras que cavaram, que agora se tornaram valas comuns.

"Não vamos aceitar tal barbaridade", diz ministro. Mahamadou Sana, ministro da defesa, disse em comunicado ontem que solicitou apoio aéreo e terrestre, e que entre os mortos estão militares e civis.

Vilarejo é próximo de cidade estratégica. Barsalogho está a 40 km da cidade de Kaya, último entreposto militar que protege a capital de Burkina Faso, Ouagadogou.

Guerra no país já matou mais de 10 mil pessoas no último ano. O conflito no país se dá entre a junta militar que ocupa o governo e rebeldes islâmicos, ligados a grupos como a Al-Qaeda e o Estado Islâmico. Iniciada em 2015, a guerra envolveu França, Rússia e outros grupos jihadistas menores na África. Segundo a ONU, mais de 2 milhões de pessoas já tiveram de ser realocadas do país devido aos conflitos.

Folhapress



Rússia usa 236 mísseis e drones no maior ataque da Guerra da Ucrânia

A Rússia de Vladimir Putin lançou na madrugada e manhã desta segunda (26) o maior ataque aéreo contra a Ucrânia desde que lançou a invasão do país vizinho, em 24 de fevereiro de 2022. Foram empregados segundo Kiev 236 mísseis e drones contra alvos em 15 regiões.

A conta é do presidente Volodimir Zelenski, que gravou uma mensagem de vídeo. Segundo a Força Aérea de Kiev, foram abatidos 102 de 127 mísseis, além de 99 de 109 drones. Não há como confirmar isso de forma independente.

Antes, o recorde de emprego dessas armas pelos russos de uma só vez havia sido em dezembro passado, com 158 mísseis e drones. A ação envolveu 11 bombardeiros estratégicos Tu-95MS, ao menos um caça MiG-31K, além de lançamentos de terra e do mar Negro.Foi usada quase toda a gama que Moscou tem despejado sobre a Ucrânia, uma média de 26 ataques diários desde o começo da guerra segundo Kiev divulgou na semana passada.

O ataque foi concentrado em mísseis de cruzeiro Kalibr, Kh-59, Kh-101 e Kh-22, além de um balístico Iskander-M e um hipersônico Kinjal. Também foram empregados drones suicidas derivados do iraniano Shahed-136.

Do ponto de vista tático, houve um misto de ações segundo analistas militares russos: drones desarmados voaram em enxames inicialmente, atraindo a defesa aérea. Esgotada a primeira onda, vieram drones armados e, depois, mísseis.

O ataque vinha sendo esperado desde o sábado (24), quando a Ucrânia comemora sua independência da União Soviética, em 1991. Putin costuma ordenar ataques com impacto político. A data virou uma espécie de símbolo da resistência contra a invasão russa.

Moradores que iam para o trabalho na hora do rush correram para as profundas estações de metrô da era soviética da capital.

Igor Gielow/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da





Economia

Gás natural da União poderá ser negociado diretamente no mercado



A Pré-Sal Petróleo (PPSA), estatal que administra os contratos de partilha de produção de petróleo e gás natural da União, pode, a partir desta segunda-feira (26), negociar os volumes de gás já processados diretamente no mercado. A autorização foi regulada por meio de resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Até então, a PPSA vendia o gás natural da União na saída dos navios-plataforma que estavam na produção, o que restringia a competitividade.

Os recursos da venda do gás vão para o Fundo Social do governo federal, e são direcionados para áreas da educação e saúde.

A Pré-Sal Petróleo, inicialmente, pretende assinar um contrato com a Petrobras de adesão ao Sistema Integrado de Escoamento de Gás Natural, formado por gasodutos de escoamento marítimos e terrestres, que interligam diversas rotas onde se encontram os mercados consumidores, como as indústrias de aço, química, automobilística, de vidro, entre outras.

"A resolução do CNPE é um marco na construção de um mercado de gás natural competitivo e muda totalmente a dinâmica da comercialização do gás natural da União. Planejamos comercializar nosso gás natural na saída do SIE em breve, se possível a partir de janeiro de 2025. O próximo passo será aderir ao Sistema Integrado de Processamento (SIP), para que a produção da União de 2027 possa ser processada nas plantas de propriedade da Petrobras, no Rio de Janeiro e em São Paulo, e seja vendida diretamente ao mercado", disse Tabita em comunicado.

Atualmente, a União tem uma parcela de aproximadamente 150 mil metros cúbicos por dia de gás natural em seis contratos e a expectativa é a de que esse volume aumente para 3 milhões de metros cúbicos por dia nos próximos anos. No dia 31 de julho, a PPSA realizou o 4º leilão de petróleo pertencente à União produzido por meio de contratos de partilha.

ABR

SP tem R$ 110 milhões para produtores afetados por queimadas

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo afirmou nesta segunda-feira (26) que tem R$ 110 milhões disponíveis para os produtores rurais paulistas afetados pelos incêndios.

Dessa quantia, R$ 100 milhões vão para o seguro rural, por meio do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap), para a mitigação dos efeitos econômicos e financeiros dos incêndios.

O valor foi citado pelo governador de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos) durante entrevista à rádio CBN.

De acordo com a secretaria, outros R$ 10 milhões vão para um crédito de custeio emergencial, limitado a R$ 50 mil por produtor, com juro zero, para despesas de manutenção e recuperação da produção. A linha terá dois anos de carência.

O produtor deve buscar a Casa da Agricultura de seu município para ter acesso ao crédito, informa a pasta.

Três pessoas já foram presas sob suspeita de promover queimadas no estado de São Paulo. A última prisão ocorreu na manhã desta segunda-feira (26) em Porto Ferreira. No domingo (25), Tarcísio já havia falado sobre a prisão de outros dois suspeitos --em São José do Rio Preto, no sábado (24), e em Batatais, no domingo (25).

Os incêndios causaram acidentes e interrupção de aulas e lotaram hospitais, entre outros transtornos em diversas regiões do estado de São Paulo. Duas pessoas morreram e outras 66 ficaram feridas, de acordo com a Defesa Civil.

Laura Intrieri/Folhapress



Inflação não se controla só com alta de juros, diz Luiz Marinho



Em recado ao Banco Central, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou, nesta segunda-feira (26), que inflação não se controla apenas com alta da taxa de juros e restrição ao crédito. Segundo ele, há outras formas de controlar o aumento de preços, como a ampliação da produção.

"O Banco Central precisa aprender que, combater inflação, não tem só um jeito, que é o jeito de restrição de crédito e de aumento de juros. Controla-se inflação também com oferta, com mais produção, mais capacidade aquisitiva da classe trabalhadora do país. Porque há espaço para isso. Nós vimos nos governos Lula 1 e 2, que controlamos a inflação com mais produção", afirmou Marinho, em evento na sede do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio de Janeiro.

Segundo ele, o setor produtivo do país ainda nem atingiu a totalidade de sua capacidade instalada. "Há espaço para crescimento da produção. E, se houver ocupação de 100%, que [o setor produtivo] planeje novos investimentos. É isso que pode combater a inflação sem ter que recorrer a aumento de juros ou restrição de crédito".

O ministro do Trabalho afirmou ainda que os dados de julho, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregos (Caged), que serão divulgados nesta semana, trarão resultados positivos sobre a geração de empregos.

"Nos sete primeiros meses deste ano, ele tem um número maior do que os 12 meses do ano passado. Ele vem bem, no desenvolvimento da indústria. O emprego gerado na indústria nos sete primeiros meses é maior do que os empregos da indústria no ano inteiro do ano passado", adiantou o ministro, no Rio de Janeiro.

Em relação ao Rio Grande do Sul, em julho houve uma retomada da geração de emprego, depois de dados negativos em maio e junho, que haviam sido resultado das enchentes que atingiram o estado no primeiro semestre deste ano.

Vitor Abdala/ABR

Política

Governo planeja programa para distribuir botijões de gás a 20 milhões de famílias



O governo federal pretende distribuir botijões de gás para 20 milhões de famílias de baixa renda até 2026.

O plano faz parte do programa Gás Para Todos, que vai substituir o atual Auxílio Gás, e deve ter orçamento de R$ 13,6 bilhões, quando estiver plenamente aplicado.

O novo programa foi referendado pelo CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) nesta segunda-feira (26), com participação do presidente Lula (PT). Um projeto de lei será enviado ao Congresso Nacional, que precisará aprová-lo para que o plano passe a funcionar.

Após a reunião do CNPE, Lula participou de uma cerimônia com ministros para assinatura do projeto e de outros atos referendados pelo conselho, inclusive o que autoriza a ANP a intervir sobre o mercado de gás e a comercializar o combustível fóssil.

Segundo o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, as 5,6 milhões de pessoas que atualmente são contempladas pelo auxílio serão mantidas dentro da nova proposta.

A principal diferença do programa é que ele terá participação da Caixa Econômica e será desvinculado do Bolsa Família.

A Caixa desenvolverá uma plataforma para que os beneficiários se cadastrem e por onde o programa será operacionalizado.

A partir daí, as famílias contempladas pelo programa receberão o dinheiro para compra do botijão. O valor será definido pela ANP com base nos preços praticados em cada região e com um teto máximo.

A agência deve credenciar as revendedoras de gás que, voluntariamente, desejem fazer parte do programa. Serão essas empresas que poderão comercializar o botijão aos contemplados.

O foco são as famílias dentro do CadÚnico (Cadastro Único) do governo federal, com renda igual ou menor que um salário mínimo.

Segundo Silveira, o dinheiro recebido por famílias beneficiadas pelo Auxílio Gás é muitas vezes utilizado para outras finalidades, por ser distribuído juntamente com o Bolsa Família.

Folhapress

Presidente do partido de Marçal fraudou filiações e ameaçou mulher de morte, dizem dirigentes

O presidente nacional do PRTB, Leonardo Avalanche, é acusado por adversários dentro do partido de vender candidaturas, fazer ameaças e fraudar filiações.

A acusação foi protocolada no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) pelo secretário-geral da legenda, Marcos Andrade, e pela ex-vice-presidente Rachel de Carvalho, que diz ter deixado o posto após sofrer ameaça de morte. Procurado, Avalanche não respondeu à reportagem.

Eles pedem à corte eleitoral que destitua Avalanche do comando do partido.

Sigla pela qual Pablo Marçal concorre à Prefeitura de São Paulo, o PRTB vive um racha interno. A presidente da corte, ministra Cármen Lúcia, negou pedido de concessão de decisão liminar (provisória) de afastamento, "sem prejuízo de exame posterior mais detido da causa".

"As alegações não podem prescindir da produção de provas em juízo, observado o contraditório, o que afasta a concessão da tutela de urgência antes da devida instrução processual, sem a oitiva do requerido", afirmou a magistrada.

A ação, noticiada inicialmente pelo portal G1, afirma que o chefe do partido vende postos de comando na legenda.

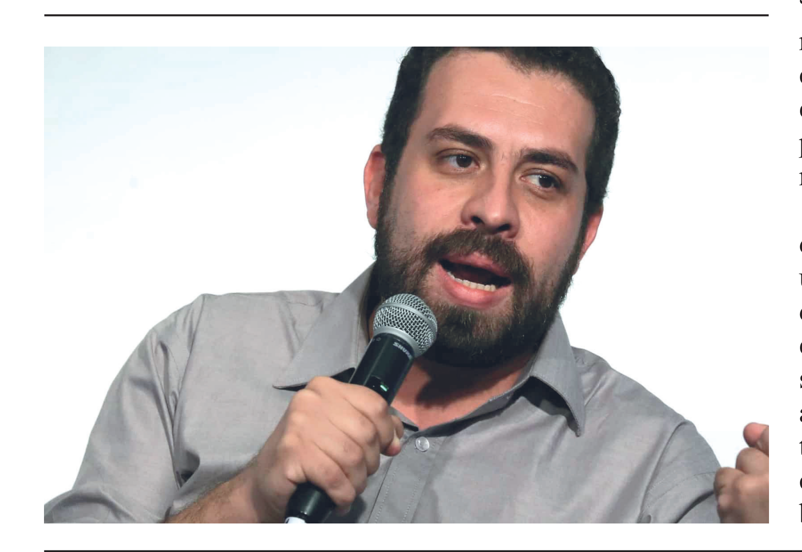
"Leonardo utiliza o partido como seu empreendimento privado. Para atuar, montou um verdadeiro time de vendas, que negocia com diretórios do país inteiro posições diretivas no partido e posições de candidaturas para o pleito municipal de 2024", diz a peça, protocolada em 19 de junho no TSE.

A ex-vice-presidente afirma que deixou o posto após ser coagida: "Tais constrangimentos continuaram e caminharam para coações que culminaram em ameaças de morte que geraram o seu ato de renúncia do cargo, assinada na data de 3 de abril de 2024".

Folhapress



Boulos chama Marçal e Nunes de 'falsos profetas' em ato para receber apoio de evangélicos



O candidato a prefeito Guilherme Boulos (PSOL) falou em "falso profeta", que depois disse se tratar do "bandido" Pablo Marçal (PRTB) e do "incompetente" Ricardo Nunes (MDB), e escutou orações, profecias de que será eleito, uma "salva de palmas para Jesus" e o hino "Segura na Mão de Deus".

O postulante à Prefeitura de São Paulo participou de um ato realizado nesta segunda (26) para "quebrar muros" e "construir pontes" com um segmento que nos últimos anos vem apresentando alta taxa de rejeição à esquerda, como preconizou o pastor Ribamar Passos.

A meta, disse o líder da Assembleia de Deus em encontro que encheu o salão de um hotel em São Paulo com evangélicos simpáticos ao deputado do PSOL, não é transformar "irmãos evangélicos em militantes de esquerda", nem converter Boulos num deles.

É imperioso valorizar "aquele que trabalha pra dar comida ao povo, que cuida dos que não têm casa", argumentou. Piscadela ao parlamentar que foi por anos líder do MTST, o que é usado por concorrentes para colar nele a pecha de invasor de casas.

Na sua vez de falar no púlpito, o que brincou que faria mesmo sem ser pastor, Boulos seguiu o mesmo fio. "O que tem de evangélico e evangélica na luta pela moradia em São Paulo não tá escrito", ele disse, emendando que foi no movimento social que aprendeu a "admirar esta perseverança do povo evangélico" na periferia da cidade.

"De uma maneira incorreta, um maneira hipócrita, enchendo a boca pra falar dos valores da família", afirmou, há muitos que não estão nem aí para causas que dão dignidade ao núcleo familiar, como teto e comida.

Ao mencionar falsos profetas, disse que "não são poucos" e que todos "sabem de quem eu estou falando". A jornalistas explicou depois que se referia tanto a Marçal quanto a Nunes, "dois bolsonaristas" que "espalham mentiras".

Folhapress





Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site:
https://datamercantil.com.br/publicidade-legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Taxas de juros caem com melhora do câmbio e expectativa por IPCA-15 e de indicações no BC



A ausência de turbulência no mercado de câmbio, com o dólar operando ao redor da estabilidade na comparação com o real, e a especulação em torno de quais serão as indicações do governo federal para a presidência e a diretoria do Banco Central aliviaram as taxas dos contratos de Depósito Interfinanceiro (DI) no decorrer da tarde. A expectativa de uma leitura mais benigna sobre a inflação no IPCA-15 de agosto, que será divulgado amanhã, também contribuiu para o movimento.

Na primeira etapa do pregão, as taxas chegaram a apresentar viés de alta ao longo da curva, diante da piora nas expectativas de inflação exibidas na Focus – em particular para 2025 – e da expectativa com o discurso do diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo.

Em evento no Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), ele reforçou que a interrupção do ciclo de corte de juros no País reflete a cautela e dependência da autoridade monetária em relação a dados, e manteve a porta aberta para um novo aumento da Selic. Ele também classificou como "granulares" eventuais divergências entre os diretores do Banco Central a respeito da política monetária.

Os comentários ficaram dentro do que o mercado esperava e foram mais "organizados" do que os de discursos feitos ao longo da semana passada, que trouxeram ruído à percepção do mercado sobre a rota a ser seguida pelo Banco Central, segundo Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos.

Sem surpresas no conteúdo do discurso, o que chamou a atenção dos investidores foi a antecipação da fala de Galípolo – de 10h para 9h30, aproximadamente – e a justificativa dada pelo presidente do TCE do Piauí, Kennedy Barros, para a mudança no horário. "Vamos correr um pouco com a programação porque o Dr. Galípolo recebeu uma convocação do presidente da República e não vai ficar o tempo que nós gostaríamos", disse ele, segundo o repórter Cícero Cotrim, do Broadcast.

IstoÉDinheiro

Athena Healthcare Holding S.A.

CNPJ/MF nº 26.753.292/0001-27 – NIRE 35.300.499.514

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 02 de setembro de 2024

A Diretoria da **Athena Healthcare Holding S.A.** ("Companhia") vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os senhores Acionistas da Companhia, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 02 de setembro, às 15h00, de modo exclusivamente digital, por meio do aplicativo de videoconferência *Google Meet*, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020, conforme alterada ("IN DREI 81"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** a renúncia de membros da Diretoria da Companhia; **(ii)** a eleição de membros para compor a Diretoria da Companhia; **(iii)** a retificação e ratificação da data de entrada de Diretores da Companhia; **(iv)** a consignação da atual composição da Diretoria da Companhia; e **(v)** a autorização para administração da Companhia praticar todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nos itens (i) a (iv) acima. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores – ri@athenasaude.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 24 de agosto de 2024. **Fabio Minamisawa Hirota** – Diretor Presidente

(24, 27 e 28/08/2024)

CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

CNPJ/MF nº 30.498.377/0001-83 – NIRE 35.300.519.973

Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 07 de agosto de 2024.

1. Data, Hora e Local: Dia 07/08/2024, às 15h, por meio eletrônico e presencial, na sede da "Companhia". **2. Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa:** Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio – Presidente; Daniel Corrêa de Miranda – Secretário. **4. Ordem do Dia:** Analisar, discutir e aprovar: **(i)** Reeleição do Sr. **Edésio Raimundo Sibrão**, RG nº 22.365.826-1 SSP/SP e CPF/MF nº 120.304.428-36, ao cargo de Diretor Executivo, responsável pelo Departamento de Produção e Segurança da Informação, com mandato de 02 anos. O Diretor ora eleito declara sob as penas da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis, razão pela qual, toma posse neste ato, mediante a assinatura do respectivo termo de posse e declaração de desimpedimento, assinado como anexo à presente ata e arquivados na sede da Companhia. **5. Deliberações:** Após apresentar atualizações gerais sobre a Companhia, foi discutida a matéria da ordem do dia e apresentadas as informações gerais e relevantes sobre a matéria discutida, os membros presentes do Conselho de Administração, por unanimidade de votos, deliberaram pela aprovação de todos os pontos. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 07/08/2024. Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio; Edivar Vilela de Queiroz Filho; Daniel Mendonça Pareto; Luis Otavio Saliba Furtado; Marco Racy Kheirallah; Norberto Lanzara Giangrande Júnior; Vivian Yu Wai Yiu; Daniel Corrêa de Miranda Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 307.800/24-6 em 21/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Companhia Imobiliária Ibitirama

CNPJ/MF nº 61.376.737/0001-06 – NIRE 35.300.037.154

Edital de Convocação

Ficam convidados os senhores acionistas a reunirem-se em Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, na sede social da companhia, na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, 293, 21º andar, conjunto C, sala 24, Centro, CEP 01009-907, às 10:00 horas do dia 05 de setembro de 2024, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Extraordinária**: **i)** discussão e votação para alienação das ações da Companhia Imobiliária Ibitirama; **ii)** alteração do Estatuto Social para: a) incluir artigo sobre a transformação do tipo societário da companhia e seu respectivo quórum; b) alterar o Capítulo IV – Administração Social para redução do número de membros da diretoria para um único diretor e por consequência a adequação dos demais artigos do estatuto social; e, c) Consolidação do Estatuto Social. **Assembleia Geral Ordinária**: **i)** eleição dos membros da Diretoria para o próximo mandato; e, **ii)** fixação da remuneração da Diretoria. (27, 28 e 29/08/2024)

Dólar tem leve alta, com política monetária no Brasil e nos EUA no radar



Após alternar sinais ao longo da tarde, dólar à vista encerrou a sessão desta segunda-feira, 26, em leve alta no mercado doméstico. Segundo operadores, após as oscilações abruptas nos dois últimos pregões da semana passada – avanço de 1,98% na quinta-feira, 22, e baixa de 1,99% na sexta-feira, 23 -, investidores tomaram uma postura mais cautelosa à espera de novos sinais sobre a calibragem da política monetária aqui e nos Estados Unidos.

A formação da taxa de câmbio se deu entre forças opostas. De um lado, o sinal predominante de alta da moeda americana no exterior, em correção após o mergulho no fim da semana passada, e o aumento da tensão geopolítica no Oriente Médio jogavam o dólar para cima. De outro, a valorização firme de commodities, em especial do minério de ferro e do petróleo, e relatos de entrada de capital estrangeiro para a bolsa davam força ao real.

Com máxima a R$ 5,5130 e mínima a R$ 5,4735, o dólar à vista fechou a R$ 5,4928, em alta de 0,24%. No mês, a moeda acumula desvalorização de 2,87%, o que faz do real a segunda melhor divisa latino-americana no período, atrás apenas do peso chileno.

No exterior, o índice DXY – termômetro do comportamento do dólar em relação a um cesta de seis divisas fortes – trabalhou em leve alta ao longo do dia e operava ao redor dos 100,900 pontos no fim da tarde. O dólar também subiu na comparação com a maioria das divisas e de países exportadores. As cotações do petróleo superam mais de 3%, com interrupção de produção na Líbia e o confronto entre Israel e o grupo terrorista Hezbollah, no Líbano.

Já incorporado aos preços o início de um processo de corte de juros nos EUA em setembro, após a fala do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Jerome Powell, no Simpósio de Jackson Hole, na sexta-feira, os investidores agora aguardam os próximos indicadores para refinar as apostas sobre a magnitude da redução em setembro e o alívio monetário total.

IstoÉDinheiro

Publicidade Legal

CCAB Agro S.A.

CNPJ/MF nº 08.938.255/0001-01

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanço Patrimonial – 30 de junho de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

Ativo	30/06/2024	30/06/2023	Passivo	30/06/2024	30/06/2023
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	**41.292**	30.095	Fornecedores	**517.208**	126.266
Contas a receber de clientes	**549.132**	184.280	Empréstimos e financiamentos	**160.842**	119.988
Estoques	**137.767**	344.948	Partes relacionadas	**142.863**	182.443
Impostos a recuperar	**50.765**	28.960	Instrumentos financeiros derivativos	**4.556**	27.384
Partes relacionadas	**1.010**	255	Obrigações com pessoal	**6.042**	6.282
			Impostos e contribuições a recolher	**2.208**	345
Instrumentos financeiros derivativos	**58.788**	7.993	Passivo de arrendamento	**2.507**	2.274
Outros ativos circulantes	**32.569**	8.399	Outros passivos circulantes	**17.478**	33.095
Ativos mantidos para venda	**–**	3.630		**853.704**	498.077
	871.323	608.560	**Não circulante**		
Não circulante			Passivo de arrendamento	**4.419**	5.842
Contas a receber de clientes	**50.248**	8.183	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**6.338**	5.930
Impostos diferidos	**115.035**	87.180	Outros passivos não circulantes	**–**	969
Outros ativos não circulantes	**2.296**	5.920		**10.757**	12.741
Ativos mantidos para venda	**3.500**	–	**Patrimônio líquido**		
	171.079	101.283	Capital Social	**110.198**	110.198
Imobilizado	**1.361**	1.723	Reserva de capital	**107.523**	107.523
Ativos de direito de uso	**5.866**	7.272	Reserva de lucros	**15.692**	41.965
Intangível	**49.862**	45.573	Outros resultados abrangentes	**1.617**	(6.093)
	57.089	54.568		**235.030**	253.593
Total do ativo	**1.099.491**	764.411	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**1.099.491**	764.411

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 30 de junho de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	30/06/2024	30/06/2023
Receita operacional líquida	**1.035.532**	734.002
Custos dos produtos e mercadorias vendidos	**(972.912)**	(569.631)
Lucro bruto	**62.620**	164.371
Despesas operacionais		
Despesas com vendas	**(45.891)**	(45.888)
Despesas administrativas e gerais	**(49.003)**	(44.416)
Outras despesas operacionais	**(49.344)**	(13.254)
Total das despesas operacionais	**(144.238)**	(103.558)
Despesas financeiras	**(164.741)**	(132.792)
Receitas financeiras	**164.509**	68.817
Resultado financeiro líquido	**(232)**	(63.975)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(81.850)**	(3.162)
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	**55.577**	48
Prejuízo líquido do exercício	**(26.273)**	(3.114)

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 30 de junho de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	30/06/2024	30/06/2023
Prejuízo líquido do período	**(26.273)**	(3.114)
Ganho sobre hedge (NDF) de fluxo de caixa	**3.655**	548
Ganho (perda) sobre hedge (SWAP)	**3.575**	(8.337)
Efeito de imposto de renda e contribuição social	**480**	(2.125)
Ganho (perda) sobre hedge de fluxo de caixa, líquida de impostos	**7.710**	(9.914)
Resultado abrangente do exercício	**(18.563)**	(13.028)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – 30 de junho de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de capital: Ágio na emissão de ações	Reserva de capital: Reserva de capital	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reserva para incentivos fiscais	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de julho de 2022	110.198	28.324	79.199	6.544	(729)	39.264	–	3.821	266.621
Resultado abrangente do exercício									
Prejuízo líquido do período	–	–	–	–	–	–	(3.114)	–	(3.114)
Mensuração de instrumentos financeiros, líquidos de impostos	–	–	–	–	–	–	–	(9.914)	(9.914)
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	–	–	–	–	–	–	(3.114)	(9.914)	(13.028)
Transação com acionistas e constituição de reservas									
Constituição de reserva legal	–	–	–	(3.114)	–	–	3.114	–	–
Absorção de reserva de lucro	–	–	–	(729)	729	–	–	–	–
Constituição de Reserva para incentivos fiscais	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 30 junho de 2023	110.198	28.324	79.199	2.701	–	39.264	–	(6.093)	253.593
Saldos em 1º de julho de 2023	110.198	28.324	79.199	2.701	–	39.264	–	(6.093)	253.593
Resultado abrangente do exercício									
Prejuízo líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(26.273)**	**–**	**(26.273)**
Mensuração de instrumentos financeiros, líquidos de impostos	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**7.710**	**7.710**
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(26.273)**	**7.710**	**(18.563)**
Transação com acionistas e constituição de reservas									
Constituição de Reserva para incentivos fiscais	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**82.938**	**(82.938)**	**–**	**–**
Saldos em 30 junho de 2024	**110.198**	**28.324**	**79.199**	**2.701**	**–**	**122.202**	**(109.211)**	**1.617**	**235.030**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – 30 de junho de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional – A CCAB Agro S.A. ("Companhia"), constituída em 30 de maio de 2007, com sua sede social localizada na Alameda Santos, 2.159 – 6º andar, São Paulo, estado de São Paulo, tem como missão primordial o desenvolvimento do negócio de defensivos agrícolas, gerando para seus sócios valor incremental através de toda a cadeia produtiva do agronegócio. Como parte do plano de desenvolvimento da Companhia, em 29 de dezembro de 2016, a Companhia passou a ter como seu sócio controlador a INVIVO, um grupo francês, com mais de 200 Cooperativas associadas, que tem suas atividades divididas em três áreas: Agricultura ("Invivo Agro"); Varejo ("Invivo Retail"); e Vinho ("Invivo Wine"). Atualmente a Companhia tem como sócias as empresas INVIVO Agrosciences e CCAB Participações Ltda. **2. Base de preparação –** A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião da diretoria realizada em 29 de julho de 2024. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo destas demonstrações financeiras podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação –** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Eric Charles Seban – Diretor Executivo
Marcos de Moraes Nobre – Diretor Financeiro
João Victor Viana da Costa – Contador – CRC 1PR 058.178/O-9 T-SP

Demonstração do Fluxo de Caixa – Exercícios findos em 30 de junho de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	30/06/2024	30/06/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(81.850)**	(3.162)
Ajustes para conciliar o prejuízo antes dos impostos de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	**2.412**	2.172
Resultado na baixa de ativos imobilizado e intangíveis	**2.074**	(135)
Resultado na baixa de ativos de direito de uso	**586**	(6)
Perda em créditos sobre as contas a receber	**(8.609)**	5.503
Perda em créditos sobre outras contas a receber	**(981)**	981
Provisão (reversão) para realização de estoque	**46.521**	(1.954)
Perda estimada para redução ao valor recuperável	**–**	–
Provisão (reversão) para desconto pontualidade	**(35)**	(538)
Provisão (reversão) para descontos em negociação	**–**	(965)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**408**	315
Ajuste a valor presente	**16.378**	1.438
Ganho com instrumentos financeiros derivativos não realizada	**(22.145)**	33.971
Encargos Financeiros sobre mútuo	**17.803**	18.589
Encargos Financeiros sobre arrendamento	**1.016**	–
Encargos Financeiros provisionados – terceiros	**20.075**	25.931
Variação cambial não realizada	**102.315**	(38.262)
	95.968	52.311
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	**(428.406)**	289.295
Partes relacionadas a receber	**(755)**	80
Estoques	**160.204**	(130.767)
Impostos e contribuições a recuperar	**(21.805)**	10.043
Outros ativos	**(19.392)**	24.836
Ativo mantido para venda	**130**	300
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	**345.674**	(234.997)
Partes relacionadas a pagar	**1.208**	476
Impostos, taxas e contribuições a recolher	**30.065**	(3.693)
Obrigações com pessoal	**(240)**	2.088
Outros passivos	**(16.550)**	(16.925)
Caixa gerado pelas operações	**146.101**	(6.953)
Juros pagos dos empréstimos	**(20.301)**	(22.504)
Juros pagos do mútuo	**(20.434)**	(16.856)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**–**	(23.655)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**105.366**	(69.968)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado, ativo direito de uso e intangível	**(7.132)**	(4.975)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	**–**	209
Instrumentos financeiros derivativos liquidados	**(44.249)**	(13.061)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(51.381)**	(17.827)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos – Terceiros	**145.725**	211.203
Captação de empréstimos e financiamentos – Partes Relacionadas	**199.915**	199.207
Amortização de empréstimos e financiamentos	**(107.000)**	(304.368)
Passivo de arrendamento	**(2.667)**	(2.223)
Amortização de mútuo com empresas ligadas	**(278.761)**	(124.205)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(42.788)**	(20.386)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**11.197**	(108.181)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	**30.095**	138.276
No fim do exercício	**41.292**	30.095
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**11.197**	(108.181)

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Quotistas da
CCAB Agro Ltda. – São Paulo-SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da CCAB Agro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme descrito na nota explicativa 16, em 24 de dezembro de 2021 foi publicada a Solução de Consulta nº 1.009 – SRRF01/DISIT, por meio da qual a Receita Federal estabeleceu o entendimento de que poderá ocorrer a exclusão dos valores de subvenção do ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL desde que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. Amparada na referida Solução de Consulta, a Companhia apurou o montante de R$67.463 mil, pagos a maior no período de 2016 a 2019. Entretanto, até 30 de junho de 2023, a Companhia havia registrado apenas os créditos referentes aos anos de 2016 a 2018, no montante de R$44.730 mil, sendo R$ 39.264 mil de principal e R$5.466 mil de juros, alegando que contabilização da parcela remanescente será realizada de acordo com a autorização do crédito tributário pela Receita Federal do Brasil (RFB). Com a referida decisão do RFB e a autorização do crédito do processo em andamento de forma favorável, é provável que benefício econômico fluirá para a Companhia. O Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre lucros determina que, quando for provável que o benefício fluirá para a Companhia e pode ser mensurado de forma confiável, o seu reconhecimento é adequado. Em 2024, a Companhia decidiu registrar os créditos residuais atualizados referentes ao ano de 2019 totalmente no resultado do exercício corrente em desacordo com o período de competência. Consequentemente, o resultado do exercício findo em 30 de junho de 2024 está registrado a maior em R$33.253 mil (Em 30 de junho de 2023, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão registrados a menor em R$35.857 mil e R$33.253 mil, respectivamente; e o resultado do exercício findo nessa data está registrado a menor em R$2.364 mil, líquido dos efeitos tributários). Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de julho de 2024.

EY **Ernst & Young Auditores Independentes S.S.** CRC-2SP 034.519/O-6

Maurício Mitio Yuhara – Contador – CRC-1SP 260.523/O-3

Sustentare Saneamento S.A.

CNPJ/MF nº 17.851.447/0001-77 – NIRE 35.300.451.732

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/05/2024

Data – Local – Hora: 20/05/2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, 6º andar, cj 64, São Paulo, SP, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa**: Presidente: Adilson Alves Martins. Secretário: Marcelo Duarte de Oliveira. **Ordem do Dia**: (i) a distribuição de dividendos, no valor de R$ 14.833.333,00; **Deliberações**: Os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, (i) aprovar, conforme faculta o Parágrafo Único da Cláusula 22 do Estatuto Social, a distribuição de dividendos no valor total de R$ 14.833.333,00, utilizando parte dos lucros acumulados de exercícios anteriores, de acordo com o balanço patrimonial levantado em 31/12/2023, a serem pagos aos acionistas até 30/05/2024. **Quorum das Deliberações**: As deliberações foram tomadas pela unanimidade dos acionistas presentes. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 20/05/2024. **Assinaturas:** Presidente: Adilson Alves Martins. Secretário: Marcelo Duarte de Oliveira. **Acionistas:** Alvor Participações Ltda. e Adilson Alves Martins. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 287.245/24-0 em 29/07/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Grupo Capital Consig Holding S.A.

CNPJ/MF sob o nº 33.189.359/0001-08 – NIRE 35.300.533.887

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Data, Hora e Local: Em 30.07.2024, às 10h, realizada na sede social da **Grupo Capital Consig Holding S.A.** ("Companhia") localizada na Rua Serra de Japi, nº 1.526, 1º andar, Vila Gomes Cardim, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03309-001. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os acionistas da Companhia. **Deliberações:** Deliberaram por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: Em **Assembleia Geral Ordinária**: (i) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras e as notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31.12.2022; (ii) Ratificar a destinação do resultado do exercício social findo em 31.12.2022; (iii) Ratificar o mandato dos Diretores: Roberto Arduini Gomes Teixeira e Sven Stefan Padre Kuhn e (iii) Ratificar que os Diretores não serão remunerados para o exercício do cargo, e em **Assembleia Geral Extraordinária**: (i) Ratificar todos os aumentos de capital social da Companhia aprovados nas Assembleias Gerais Extraordinárias desde sua constituição até a presente data; (ii) Ratificar a subscrição das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal emitidas por Capital Consig Sociedade de Crédito Direto S.A. (C.N.P.J./M.F. nº 40.083.667/0001-10), conforme emissão deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.05.2023; e, (iii) Autorizar os Diretores a praticarem todos os atos necessários para a formalização, efetivação e administração das deliberações acima mencionadas, ficando desde já ratificados todos os atos anteriormente praticados com esse fim. **Mesa:** Sr. Roberto Arduini Gomes Teixeira – Presidente; Sr. Sven Stefan Padre Kuhn – Secretário. **Acionistas Presentes:** Grupo Qual Holding S.A. (Por: Roberto Arduini Gomes Teixeira e Por: Sven Stefan Padre Kuhn); Roberto Arduini Gomes Teixeira e Sven Stefan Padre Kuhn. **Diretores:** Roberto Arduini Gomes Teixeira e Sven Stefan Padre Kuhn. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 306.170/24-3 em 20/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Publicidade Legal

Grupo Qual Holding S.A.

CNPJ/MF nº 44.891.365/0001-29 – NIRE 35.300.588.916

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Data, Hora e Local: 31.07.2024, às 11h, na sede social da **Grupo Qual Holding S.A.** (a "Companhia"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os acionistas da Companhia. **Deliberações:** Em **AGO:** (i) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras e as notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31.12.2023; (ii) Destinar o resultado do exercício social encerrado em 31.12.2023; (iii) Reeleger os Diretores: Roberto Arduini Gomes Teixeira e Sven Stefan Padre Kuhn; e (iv) Ratificar que os Diretores não serão remunerados para o exercício do cargo, e em **AGE:** (i) Aprovar a subscrição das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal emitidas por *Grupo Capital Consig Holding S.A.* CNPJ/MF nº 33.189.359/0001-08, as quais deverão ser integralizadas no prazo previsto no correspondente boletim de subscrição; e (ii) Autorizar os Diretores a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima. **Mesa:** Sr. Roberto Arduini Gomes Teixeira – Presidente; Sr. Sven Stefan Padre Kuhn – Secretário. **Acionistas Presentes:** Roberto Arduini Gomes Teixeira e Sven Stefan Padre Kuhn e **Diretores:** Roberto Arduini Gomes Teixeira e Sven Stefan Padre Kuhn. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 306.171/24-7, em sessão de 20/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Grupo Qual Holding S.A.

CNPJ/MF nº 44.891.365/0001-29 – NIRE 35.300.588.916

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Data, Hora e Local: Em 30.07.2024, às 09h, na sede social da **Grupo Qual Holding S.A.** (a "Companhia"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os acionistas da Companhia. **Deliberações tomadas por unanimidade:** Em **AGO**: (i) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras e as notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31.12.2022; (ii) Ratificar a destinação do resultado do exercício social findo em 31.12.2022; (iii) Ratificar o mandato dos Diretores: Roberto Arduini Gomes Teixeira e Sven Stefan Padre Kuhn e (iii) Ratificar que os Diretores não serão remunerados para o exercício do cargo, e em **AGE**: (i) Ratificar a subscrição das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal emitidas por Grupo Capital Consig Holding S.A., CNPJ/MF nº 33.189.359/0001-08, conforme emissão deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 31.05.2023; e, (ii) Autorizar os Diretores a praticarem todos os atos necessários à formalização das deliberações acima. **Mesa:** Sr. Roberto Arduini Gomes Teixeira – Presidente; Sr. Sven Stefan Padre Kuhn – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 306.440/24-6, em sessão de 19/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 91.669.747/0001-92 – NIRE 35.300.613.414

Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, Local e Hora: 29/07/2024, às 09 horas, de modo exclusivamente digital. **Convocação e Presença:** dispensada a convocação, em decorrência da presença da totalidade dos Conselheiros. **Mesa:** os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Carlos Antonio Tamaki** e secretariados pelo Sr. **Denis César Correia**. **Ordem do Dia:** (i) a inclusão da Companhia, que passa a integrar o conceito de "Cedente", conforme definido no "Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças." ("Contrato de Cessão"), no âmbito da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da DMCard Securitizadora S.A. (ii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários às deliberações acima. **Deliberações tomadas por unanimidade: (i)** Aprovar as matérias constantes da Ordem do Dia, aprovando a assunção das obrigações pela Companhia, nos termos do respectivo Contrato de Cessão e quaisquer documentos formalizados com a finalidade de realizar a operação supracitada. **(ii)** Autorizar à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários às deliberações acima. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado, foi lavrada esta ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São José dos Campos, 29/07/2024. **Mesa**: **Carlos Antonio Tamaki** – Presidente; **Denis César Correia** – Secretário. **Conselheiros**: **Carlos Antonio Tamaki**; **Denis César Correia**; **Moisés Alves de Sousa.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 300.168/24-0 em 09/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

DMCard Participações S.A.

CNPJ/MF nº 45.586.447/0001-22 – NIRE 35.300.590.589

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2024

Data, Hora e Local: Em 29/07/2024, às 08h00, na sede da Companhia. **Convocação e Presenças**: Convocação dispensada, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa**: Sr. **Denis César Correia**, Presidente e Sr. **José Luis Pano**, secretariados. **Ordem do Dia:** (i) Aprovar a inclusão a **DM Cartões PL S.A.**, CNPJ nº 52.135.675/0001-41, na qualidade de fiadora e principal pagadora, solidariamente com a Emissora e com os demais Fiadores, das Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão), passando a integrar o conceito de "Fiador" (conforme definido na Escritura de Emissão) e "Interveniente Garantidor" (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos da Escritura de Emissão, bem como de Cedente (conforme definido na Escritura de Emissão) dos Direitos Creditórios Vinculados (conforme definido na Escritura de Emissão), conforme previsto no Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da DMCard Securitizadora S.A, conforme aditada pelo Primeiro Aditamento, pelo Segundo Aditamento, pelo Terceiro Aditamento, pelo Quarto Aditamento e pelo Quinto Aditamento ("Escritura de Emissão"); e (ii) Aprovar a inclusão da DM Cartoes PL S.A, CNPJ/MF nº 52.135.675/0001-41 ("DM Cartões PL"); e da DM Sociedade de Crédito Direto S.A, CNPJ/MF nº 37.555.231/0001-71 ("DM SCD", quando em conjunto com a DM Cartões PL, as "Novas Cedentes"), que passam a integrar o conceito de "Cedentes", conforme definido no "Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças." ("Contrato de Cessão"), no âmbito da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da DMCard Securitizadora S.A. (iii) a inclusão (a) da DM Cartões PL S.A, na qualidade de COOBRIGADA, em relação aos direitos e obrigações da DM Instituição de Pagamento S.A. atribuídos no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie "com Garantia Real", em Série Única, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da DM Instituição de Pagamento S.A, e (b) da DM Cartões PL S.A, na qualidade de COOBRIGADA, em relação aos direitos e obrigações da DM Instituição de Pagamento S.A. atribuídos no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças, no âmbito da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie "com Garantia Real", em Série Única, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da DM Instituição de Pagamento S.A. (iv) Aprovar, integralmente e sem ressalvas, o ingresso da **DMCard Meios de Pagamento Ltda**, CNPJ/MF nº 22.371.651/0001-20, como Fiadora, na 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Reais e Fidejussória Adicionais, em Série única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da FortBrasil Securitizadora S.A, por meio da qual foram emitidas 100.000.000 de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, de emissão da Emissora. (v) autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos e quaisquer atos, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos, necessários ou convenientes às deliberações acima. **Deliberações aprovadas**: **1.** Conforme a cláusula 5.3.4, "g", do Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia, **(i)** aprovar a assunção de obrigações da DM Cartões PL S.A. e quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos relacionados à contratação e consumação da operação, conforme mencionado no item 3, **(i) e (ii),** acima e quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos relacionados à contratação e consumação das operações mencionadas nos itens 3 (i) e (ii). **2.** aprovar a assunção de obrigações da DM Sociedade de Crédito Direto S.A, e quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos relacionados à contratação e consumação da operação, conforme mencionado no item 3, **(ii); 3.** aprovar a inclusão (a) da DM Cartões PL S.A, na qualidade de COOBRIGADA, em relação aos direitos e obrigações da DM Instituição de Pagamento S.A. atribuídos no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie "com Garantia Real", em Série Única, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da DM Instituição de Pagamento S.A, e (b) da DM Cartões PL S.A, na qualidade de COOBRIGADA, em relação aos direitos e obrigações da DM Instituição de Pagamento S.A. atribuídos no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças, no âmbito da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie "com Garantia Real", em Série Única, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da DM Instituição de Pagamento S.A. **4.** Aprovar, integralmente e sem ressalvas, o ingresso da DMCard Meios de Pagamento Ltda, CNPJ/MF nº 22.371.651/0001-20, como Fiadora, na 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Reais e Fidejussória Adicionais, em Série única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da FortBrasil Securitizadora S.A, por meio da qual foram emitidas 100.000.000 de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, de emissão da Emissora. **5.** Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para a efetivação das deliberações ora aprovadas, ficando desde já autorizada a celebrar a Contrato de Ações. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, tendo-se redigido e feito lavrar esta ata, a qual lida e achada conforme, foi devidamente aprovada pelos membros do Conselho de Administração. **Assinaturas**: Mesa: Presidente – Denis César Correia; Secretário – José Luis Pano. Conselheiros: Denis César Correia, Moisés Alves de Souza e José Luis Pano, érico Sodré Quirino Ferreira e Juan Pablo Garcia Agudo. São José dos Campos, 29/07/2024. Ass.: **Mesa:** Denis César Correia – Presidente; José Luis Pano – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 300.167/24-6 em 09/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Essentra Indústria e Comércio Ltda.

CNPJ/MF nº 56.993.074/0001-20 – NIRE 35.200.922.431

Ata de Reunião de Sócias realizada em 29 de julho de 2024

1. Data, Hora e Local: em 29 de julho de 2024, às 10 horas, na sede da Essentra Indústria e Comércio Ltda., localizada na Cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo, na Praça Emílio Marconato, 1000, Centro Comercial, Sala 7, Núcleo Residencial Doutor João Aldo Nassif, CEP 13.916-074 ("**Sociedade**"). **2. Convocação e Presença:** dispensadas as formalidades de convocação em virtude do comparecimento das sócias representando a totalidade do capital social da Sociedade, conforme artigo 1.072, parágrafo 2º, da Lei nº 10.406 ("**Código Civil**"): (i) **ESNT International Limited**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Inglaterra e País de Gales, com sede em Langford Locks, Kidlington, Oxford, OX5 1HX, Inglaterra, inscrita no CNPJ/ME sob nº 07.469.594/0001-23, neste ato representada por seu procurador, Sr. **Roberto Rodrigues Jeong**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.933.318 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 039.711.758-21, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo, na Praça Emílio Marconato, 1000, Centro Comercial, Sala 7, Núcleo Residencial Doutor João Aldo Nassif, CEP 13.916-074; e (ii) **Essentra International Limited**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Inglaterra e País de Gales, com sede em Langford Locks, Kidlington, Oxford, OX5 1HX, Inglaterra, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.469.593/0001-89, neste ato representada por seu procurador, Sr. **Roberto Rodrigues Jeong**, acima qualificado. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Roberto Rodrigues Jeong; Secretário: Luis Felipe Abeal Fialho. **4. Ordem do Dia:** deliberar pela redução do capital social da Sociedade, no montante de R$ 10.000.00,00 (dez milhões de reais), nos termos do Artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social. **5. Deliberação:** analisada e discutida as matérias constantes da ordem do dia, as sócias, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, resolveram: **5.1.** Aprovar a redução do capital social da Sociedade, no montante de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade. As sócias aprovam, ainda, que a redução de capital ora aprovada poderá ser realizada de forma desproporcional entre as sócias da Sociedade. Nesse caso, a redução de capital poderá ser implementada mediante o cancelamento de 10.000.000 (dez milhões) de quotas representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, todas de titularidade da sócia **Essentra International Limited**, acima qualificada, e consequente restituição, à sócia **Essentra International Limited**, acima qualificada, em dinheiro, do respectivo valor decorrente da redução de capital social ("**Redução de Capital**"). **5.1.1.** A sócia **ESNT International Limited**, acima qualificada, declara estar expressamente de acordo com a possibilidade de redução de capital desproporcional ora aprovada, renunciando expressamente a qualquer direito que poderia ter com relação à referida redução de capital, bem como à restituição a ser feita à sócia **Essentra International Limited**, para nada mais reclamar, a qualquer tempo, a esse título. **5.2.** Fica a administração da Sociedade autorizada a realizar a publicação desta Ata de Reunião de Sócias para os fins do artigo 1.084 do Código Civil. **5.3.** Decorrido o prazo legal de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação da presente ata, sem a oposição de credores e observados os requisitos do § 2º do Artigo 1.084 do Código Civil, as sócias ratificarão a Redução de Capital ora deliberada e aprovarão a competente alteração do contrato social da Sociedade, refletindo o novo capital social, conforme disposto no § 3º do Artigo 1.084 do Código Civil. **5.4.** Uma vez efetivada a Redução de Capital, o capital social da Sociedade passará de R$ 97.655.992,00 (noventa e sete milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa e dois reais) para R$ 87.655.992,00 (oitenta e sete milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil novecentos e noventa e dois reais) , dividido em 87.655.992 (oitenta e sete milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil novecentas e noventa e duas) quotas, de valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, distribuídas entre as sócias da seguinte forma:

Sócias	Quotas	Valor (R$)
Essentra International Limited	62,512,421	62,512,421.00
Esnt International Limited	25,143,571	25,143,571.00
Total	**87,655,992**	**87,655,992.00**

6. Encerramento: nada mais havendo a ser tratado, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata que, após lida, foi unanimemente aprovada e assinada por todos os presentes. **7. Assinaturas**: Mesa: Roberto Rodrigues Jeong – Presidente; e Luis Felipe Abeal Fialho – Secretário. Sócias: Esnt International Limited e Essentra International Limited. Os signatários declaram e reconhecem pela formalização da presente ata por meio eletrônico e digital, como válida e plenamente eficaz, estabelecida com a assinatura eletrônica ou certificação digital nos termos da ICP-Brasil, conforme disposto pelo art. 10 da Medida Provisória nº 2.200/2001, bem como nos termos do art. 225 do Código Civil Brasileiro. Jaguariúna, 29 de julho de 2024. Mesa: **Roberto Rodrigues Jeong** – Presidente; **Luis Felipe Abeal Fialho** – Secretário. Sócias: **ESNT International Limited**, p.p. Roberto Rodrigues Jeong; **Essentra International Limited,** p.p. Roberto Rodrigues Jeong.

Caldeirão Grande 2 Solar S.A.

CNPJ/MF nº 48.949.370/0001-04 – NIRE 35.300.606.523

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de agosto de 2024

Data, Local e Horário: Aos 15/08/2024, às 10h00, na sede social da Cia. ou Emissora. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Ricardo Alberto Oliveira dos Santos, Presidente; e Sra. Viviane de Oliveira Soares, Secretária. **Deliberações aprovadas por unanimidade de votos:** no âmbito da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública sob rito de registro automático, para investidores profissionais, da Cia., no valor total de R$ 80.000.000,00 ("Emissão" e "Debêntures"), da Cia., as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 07/12/1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Lei nº 14.195, de 26/08/2021 ("Lei 14.195"), da Resolução CVM nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), a ser formalizada por meio do "*Instrumento Particular de Emissão da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição, da* Caldeirão Grande 2 Solar S.A.", ("Escritura de Emissão"), apreciar e deliberar sobre: **(i)** a aprovação da realização da Emissão e da Oferta, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão; **(ii)** a aprovação da outorga, pela Cia., da Alienação Fiduciária das ações das Fiadoras (conforme abaixo definido), para assegurar o pagamento fiel, pontual e integral das obrigações assumidas pela Emissora em virtude da Emissão, da Oferta e das Debêntures, conforme termos e condições previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações das SPEs (conforme abaixo definido); **(iii)** a aprovação da outorga, pela Cia., de procurações no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações das SPEs, por prazo de validade de 1 ano, renovável por períodos iguais durante toda a vigência do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações das SPEs; **(iv)** a aprovação da outorga, pela Cia., da Cessão Fiduciária de Conta (conforme abaixo definido), para assegurar o pagamento fiel, pontual e integral das obrigações assumidas pela Emissora em virtude da Emissão, da Oferta e das Debêntures, conforme termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta (conforme abaixo definido); **(v)** a aprovação da outorga, pela Cia., de procurações no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta, por prazo de validade de 1 ano, renovável por períodos iguais durante toda a vigência do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta; **(vi)** a aprovação do Compartilhamento das Garantias (conforme abaixo definido); **(vii)** a autorização à diretoria da Cia., ou aos seus procuradores, para (a) negociar e estabelecer todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis ao Compartilhamento das Garantias, à Emissão, às garantias reais outorgadas no âmbito da Emissão, à Fiança, às Debêntures e à Oferta; (b) celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido), os Contratos de Garantia (conforme abaixo definido), bem como outros futuros e eventuais aditamentos, e, dentro dos limites das obrigações a serem assumidas no âmbito dos documentos relacionados a Oferta e a Emissão, assinar quaisquer outros instrumentos e documentos e seus eventuais aditamentos relacionados ao Compartilhamento das Garantias, à Emissão, às garantias reais outorgadas no âmbito da Emissão, à Fiança, às Debêntures e à Oferta, que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento do Compartilhamento das Garantias, da Emissão, das garantias reais outorgadas no âmbito da Emissão, da Fiança e da Oferta; (c) contratar ou reembolsar o Coordenador Líder (conforme definido abaixo) pela contratação, dos prestadores de serviços necessários para a realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando aos Coordenadores, o Agente Fiduciário, o Agente de Liquidação (conforme definido abaixo), o Escriturador (conforme definido abaixo), o banco depositário e os assessores legais da Oferta, podendo, para tanto, negociar e assinar (caso aplicável) os respectivos contratos e fixar-lhes os honorários; e (d) praticar todos e quaisquer atos necessários para efetivar as matérias acima, incluindo, mas não se limitando à publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), a ANBIMA, a CVM ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a realização do Compartilhamento das Garantias, das garantias reais outorgadas no âmbito da Emissão, da Fiança, da Emissão e da Oferta; **(viii)** a aprovação para as Fiadoras (a) outorgarem a Cessão Fiduciária de Direitos (conforme abaixo definido); (b) outorgarem a Fiança (conforme abaixo definido); e (c) celebrar todos e quaisquer instrumentos e documentos, bem como seus eventuais aditamentos, relacionados à Emissão, às Debêntures, à Oferta e outorga das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(b)", que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento da Emissão, das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(e)" e da Oferta; e **(ix)** a ratificação dos atos já praticados pela diretoria da Cia., e autorização para que estes pratiquem todos os atos necessários e que estejam em consonância com as deliberações acima. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo/SP, 15/08/2024. Ass.: **Mesa:** Ricardo Alberto Oliveira dos Santos – ***Presidente****;* Viviane de Oliveira Soares – ***Secretária.*** JUCESP – Registrado sob o nº 309.142/24-6 em 22/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Vibracoustic South América Ltda.

CNPJ/MF nº 03.249.921/0005-04

Extrato de Deliberação de Quotista da Vibracoustic South América Ltda. para Redução de Capital Social.

Data e Local: Em 20/08/2024, às 10 horas, na sede da Vibracoustic South América Ltda., na Avenida Arcênio Riemma, nº 1415, Distrito Industrial, bairro Una, Taubaté/SP, CEP: 12.072-250. **Presença:** Totalidade do capital social. **Deliberação:** Tendo em vista perdas irreparáveis e capital excessivo, nos termos do Artigo 1.082, incisos I e II do Código Civil, reduzir o capital social, que passará **de** R$457.341.833,13 **para** R$105.714.065,51, reduzindo-o, portanto, em R$351.627.767,62, com o cancelamento proporcional de quotas para manutenção do valor nominal. A redução dar-se-á mediante a destinação de R$291.627.767,62 para conta de prejuízos acumulados e a restituição de R$60.000.000,00 em moeda corrente à sócia, observadas as formalidades do Artigo 1.084 do Código Civil. **Sócia única:** Vibracoustic Sweden Holding AB.

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,4915 / R$ 5,4921 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,4871 / R$ 5,4891 *
Turismo - R$ 5,5170 / R$ 5,6970
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: 0,16%

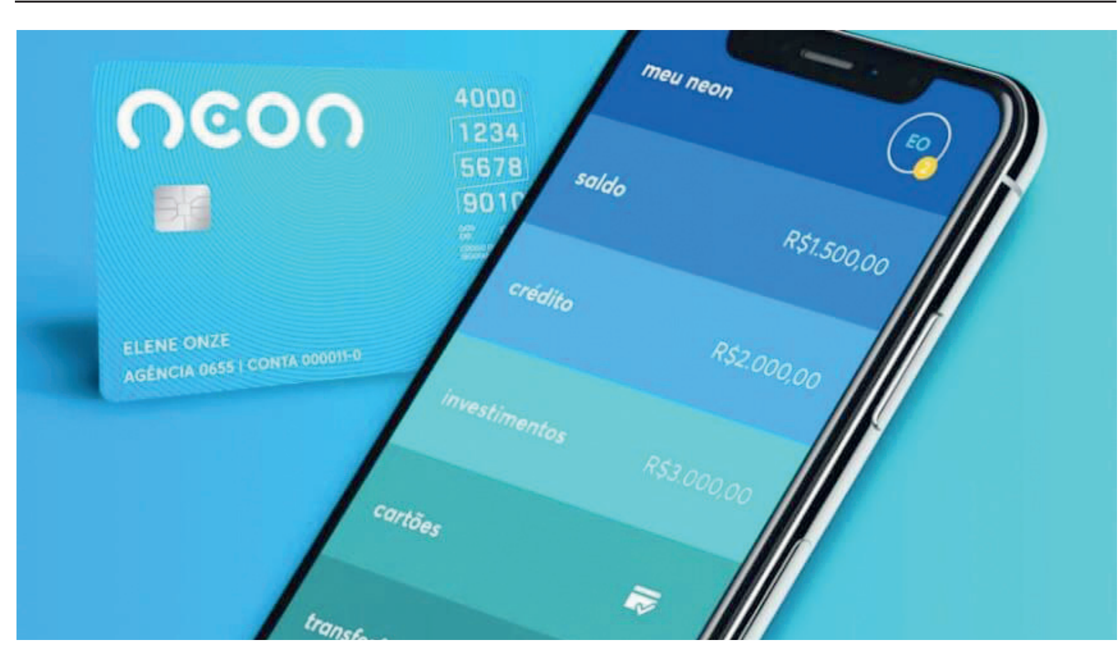
BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 0,94%
Pontos: 136.888
Volume financeiro: R$ 20,694 bilhões
Maiores altas: Petrobras ON (8,96%), Petrobras PN (7,26%), São Martinho ON (3,58%)
Maiores baixas: CVC ON (-8,00%), Minerva ON (-2,14%), Magazine Luiza ON (-1,98%)
S&P 500 (Nova York): -0,32%
Dow Jones (Nova York): 0,16%
Nasdaq (Nova York): -0,85%
CAC 40 (Paris): 0,18%
Dax 30 (Frankfurt): -0,09%
Financial 100 (Londres): 0,48%
Nikkei 225 (Tóquio): -0,66%
Hang Seng (Hong Kong): 1,06%
Shanghai Composite (Xangai): 0,04%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,09%
Merval (Buenos Aires): 1,87%
IPC (México): -0,6%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Novembro 2023: 0,28%
Dezembro 2023: 0,56%
Janeiro 2024: 0,42%
Fevereiro 2024: 0,83%
Março 2024: 0,16%
Abril 2024: 0,38%
Maio 2024: 0,46%
Junho 2024: 0,21%



Negócios

Neon tem aval do BC para novo modelo de cálculo de risco operacional, que reduz capital mínimo



A fintech Neon, que tem 32 milhões de clientes, conseguiu aprovação do Banco Central para implementar uma nova metodologia de cálculo de risco operacional, que vai exigir menos capital regulatório, informa um comunicado do neobanco.

A fintech vai implementar a chamada "Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada" (ASA, na sigla em inglês), que se baseia em uma fórmula padronizada que considera a classificação do resultado por linhas de negócio, além de considerar as operações de crédito e títulos de valores mobiliários.

De acordo com o Neon, se a nova metodologia estivesse em vigor já no primeiro semestre de 2024, o capital exigido teria sido reduzido em aproximadamente R$ 110 milhões. Além disso, o índice de adequação de capital da Neon teria apresentado uma melhora de cerca de 4 pontos porcentuais.

O diretor financeiro e operacional da Neon, Jamil Marques, observa em nota à imprensa que com a aprovação do BC, será possível reduzir o capital exigido para o risco operacional e, com isso, a fintech pode direcionar mais recursos para continuar expandindo os serviços financeiros.

A metodologia ASA nasceu dentro das regras do Basileia III, conjunto de reformas e regulamentações criadas após a crise financeira mundial de 2008. Ao contrário da Abordagem do Indicador Básico (BIA), que calcula o capital com base em uma porcentagem fixa do resultado operacional do banco, a metodologia ASA leva em consideração fatores mais refinados, como resultados classificados por linhas de negócio, além de considerar as operações de crédito e títulos de valores mobiliários, permitindo uma avaliação mais precisa dos riscos operacionais.

"Essa abordagem proporciona uma maior eficiência na alocação de capital, ajustando-o de acordo com o perfil de risco específico da instituição", ressalta o comunicado do Neon.

IstoÉDinheiro

Safra se torna a financeira do Grupo HPE, representante no Brasil da Mitsubishi Motors e Suzuki

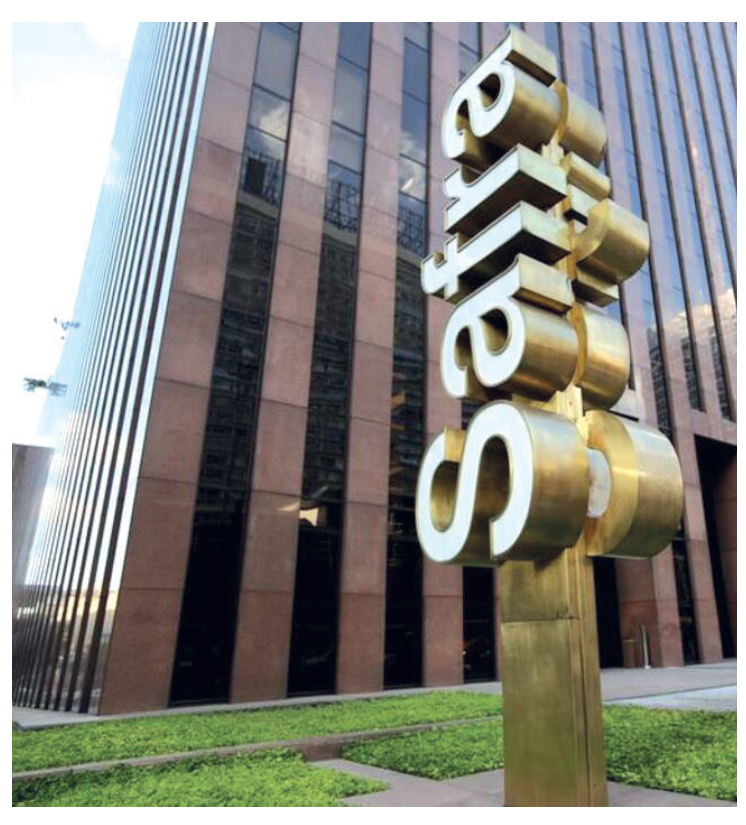
O Grupo J. Safra, por meio da Safra Financeira, anunciou nesta segunda-feira, 26, um acordo com o Grupo HPE, representante oficial no Brasil da Mitsubishi Motors e da Suzuki Veículos, para se tornar o banco oficial das duas marcas.

O Safra fará a oferta de serviços financeiros aos clientes e concessionários dessas marcas, como crédito, de acordo com comunicado do banco, que também pensa em outros produtos e serviços, como consultoria de investimento.

"O acordo prevê a estruturação, gestão e expansão da oferta de crédito para aquisição de veículos, assim como a participação ativa em campanhas promocionais e principais eventos das marcas", afirma o comunicado.

Clientes e funcionários do Grupo Safra também terão condições especiais para adquirir os veículos das duas marcas.

IstoÉDinheiro



Zoho: como a multinacional de software de gestão cresceu 45% no Brasil



A medida que a tecnologia avança, o mercado fica cada vez mais dinâmico. Algumas empresas fecham por suas ferramentas ficarem obsoletas, outras surgem e algumas são adquiridas por gigantes do setor. Assustar as companhias que dominam o segmento é tarefa difícil. A multinacional indiana Zoho, presente em 150 países, está iniciando essa jornada, ao enfrentar rivais como SAP e Totvs. Com 25 anos no mercado de softwares de gestão, faturou globalmente US$ 1,1 bilhão em 2023. A corporação da Índia, que tem se transformado em um dos principais polos tecnológicos do mundo, trabalha para alavancar seus negócios. Uma das apostas é o Brasil, onde chegou oficialmente em 2021 e vem crescendo raPor aqui, a empresa conta com 75 colaboradores e registrou um aumento expressivo na receita em 2023, com uma variação de 325% em relação a 2021.

- Somente nos primeiros seis meses de 2024, o faturamento avançou 45% em comparação ao mesmo período do ano passado.
- O Brasil agora ocupa a 12ª posição em termos de receita global e, quando se trata de vendas geradas por novos usuários, o País está em oitavo lugar.
- Entre os 20 maiores países do mundo, o Brasil lidera nesse indicador.

Com escritório em Florianópolis, a empresa oferece soluções completas em Software as a Service (SaaS), com mais de 50 ferramentas disponíveis, como Zoho Workplace, focado em produtividade e gestão da força de trabalho; Zoho CRM, para gerenciamento de relacionamento com clientes; e Zoho Desk, para atendimento ao cliente. A transparência e a liberdade para os clientes escolherem quais produtos utilizar são marcas registradas da companhia, segundo Rodrigo Vaca, diretor-geral da Zoho Brasil. "Muitos clientes usam apenas um produto, enquanto outros combinam diferentes soluções. Nosso objetivo é proporcionar uma experiência simples e eficiente, evitando que o cliente precise gastar tempo e recursos adicionais com integrações", explicou.

IstoÉDinheiro